

CCJ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.252/2025

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.252/2025

ASSUNTO: Altera a redação do art. 4º da lei
nº 3.104, de 17 de dezembro de 2024,
contrato temporário de trabalho.

DESTINO:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TAVARES - RS

"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer nº 092/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.252/2025 encontra-se viável para votação em plenário, com mediante parecer Jurídico da IGAM.

Sala da Comissão, 17 de novembro 2025.


Elis Rodrigues
Presidente CCJ


Jair del Porto
Relator CCJ


Leone Machado
Secretario CCJ

Parecer Aprovado

(03) a (00)

OBS....



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Projeto de Lei nº 3.252/2025

Senhora Presidente,

Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa a alteração da redação do Art. 4º da Lei Nº 3.104, de 17 de dezembro de 2024, Contrato Temporário de Trabalho.

Solicitação justifica-se nesta Lei ser, lei autorizativa para contratação temporário de profissionais serventes, necessária a manutenção do serviço de escalas e atender as normas sanitárias que venham garantir a higienização dos ambientes de atendimento em saúde do Pronto Atendimento Municipal e farmácia básica.

Visando uma melhor organização dos processos públicos, visando a economicidade e tendo em vista que uma contratação temporária pode acontecer pelo período de até dois anos, sendo a lei prevista para um prazo de apenas um ano, optamos por solicitar a prorrogação da mesma.

Esperamos contar com a colaboração dos Nobres Vereadores, desde já agradecemos à atenção prestada.

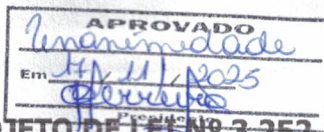
Tavares, 27 de outubro de 2025.


Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PROJETO DE LEI Nº 3.252

DE 27 DE OUTUBRO DE 2025

Protocolo

4619/2025

Protocolado em 12/11/25.

Rafael N.
Secretário

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DA LEI Nº 3.104, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024, CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO.

Elis Regina Lemos Rosa
Vereadora
PROGRESSISTA

Art. 1º- Altera a redação do Art. 4º da Lei Nº 3.104, de 17 de dezembro de 2024, autoriza o Executivo Municipal a firmar Contrato Temporário de Trabalho, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Izabel Rosa da
Vereadora
MDB

Art. 4º- A contratação será de 12(doze) meses podendo ser prorrogada por mais 12(doze) meses.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jardel Antunes
Vereador
PROGRESSISTA

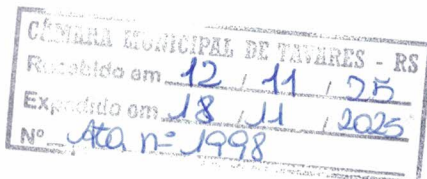
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 27 dias do mês de outubro de 2025.

Leone Mac
Vereador

Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Nardel Rodrigues N
Vereador
PDT

Volmir Vieira
Vereador



Porto Alegre, 3 de novembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 22.666/2025.

I. **O Poder Legislativo de Tavares** solicita, ao IGAM, análise técnica sobre o Projeto de Lei nº 3.252, de 2025. A autoria é do Poder Executivo e possui a finalidade de alterar a Lei nº 3.104, de 2024.

II. O Projeto de Lei nº 3.252, de 2025, propõe alterar o art. 4º da Lei nº 3.104, de 2024¹, ampliando o prazo de contratação temporária de profissionais serventes para até 24 meses. A justificativa apresentada fundamenta-se na necessidade de manutenção dos serviços de higienização em ambientes de saúde.

Importa dizer, que a motivação apresentada ao Projeto de Lei nº 3.108, de 2024 que originou a Lei nº 3.104, de 2024 referia-se a substituição de contratos temporários já existentes para esta finalidade na Secretaria de Saúde.

O texto vigente da lei, autoriza a contratação pelo tempo de seis meses, prorrogável por igual período, totalizando doze. Pela justificativa ora apresentada, tem-se que o referido projeto, quer autorizar a prorrogação por mais doze, o que não há problemas.

Entretanto, o modo como está descrito o novo art. 4º pode gerar entendimentos e efeitos equivocados. A redação atual do projeto permite a interpretação de que, além dos 12 meses já decorridos (6 meses prorrogados por mais 6), estaria autorizada uma nova renovação de 12 meses, a qual ainda poderia ser prorrogada por igual período (mais 12 meses).

Isso totalizaria 36 meses de vigência, o que contraria o entendimento

¹ <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/tavares/lei-ordinaria/2024/311/3104/lei-ordinaria-n-3104-2024-autoriza-o-executivo-municipal-a-firmar-contratos-temporarios-de-trabalho?q=3104>

consolidado do STF sobre a razoabilidade dos prazos de contratação temporária.

A Suprema Corte possui o entendimento que o prazo razoável para as contratações deve ser de 12 meses, conforme ADI 3649. Ainda, há casos que é possível prorrogar esse período, totalizando, no máximo, dois anos, desde que seja expressamente justificado o motivo.

Nesse sentido, é necessário alterar a referida redação para alguma das seguintes alternativas:

Art. 4º- *A contratação será de 12 meses podendo ser prorrogada por mais 12 meses.*

Art. 4º- *As contratações serão de 6 meses podendo ser prorrogadas por mais 6 meses, podendo ainda, ser renovada por mais 12 meses.*

Desse modo, fica claro que o prazo que passou, está computado e que está permitido uma renovação por mais 12 meses.

III. Conclui-se que o Projeto de Lei nº 3.252, de 2025, tal como apresentado, pode gerar equívocos na interpretação do art. 4º da Lei nº 3.104, de 2024. Recomenda-se que seja alterada a redação do novo artigo para que ela autorize apenas mais doze meses de contrato, pois assim, estará em consonância com a posição do STF sobre a vigência de contratos temporários.

A viabilidade do projeto está condicionada à correção desse ponto.

Ademais, em razão da motivação do PL nº 3.108, de 2024, convertido na Lei nº 3.104, de 2024 constatou-se que o Município está procedendo reiteradas contratações para o cargo de servente, alertando-se para a possibilidade de apontamento do TCE/RS.